



**Simulado Final
ISS Porto
Alegre
Auditor Fiscal Tributário
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final ISS Porto Alegre - RS (Auditor Fiscal da Receita Municipal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal da Receita Municipal do ISS Porto Alegre**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mLagKKdUD81tM7ni8>

01 - ABCDE	33 - ABCDE	65 - ABCDE	97 - ABCDE	129 - ABCDE
02 - ABCDE	34 - ABCDE	66 - ABCDE	98 - ABCDE	130 - ABCDE
03 - ABCDE	35 - ABCDE	67 - ABCDE	99 - ABCDE	131 - ABCDE
04 - ABCDE	36 - ABCDE	68 - ABCDE	100 - ABCDE	132 - ABCDE
05 - ABCDE	37 - ABCDE	69 - ABCDE	101 - ABCDE	133 - ABCDE
06 - ABCDE	38 - ABCDE	70 - ABCDE	102 - ABCDE	134 - ABCDE
07 - ABCDE	39 - ABCDE	71 - ABCDE	103 - ABCDE	135 - ABCDE
08 - ABCDE	40 - ABCDE	72 - ABCDE	104 - ABCDE	136 - ABCDE
09 - ABCDE	41 - ABCDE	73 - ABCDE	105 - ABCDE	137 - ABCDE
10 - ABCDE	42 - ABCDE	74 - ABCDE	106 - ABCDE	138 - ABCDE
11 - ABCDE	43 - ABCDE	75 - ABCDE	107 - ABCDE	139 - ABCDE
12 - ABCDE	44 - ABCDE	76 - ABCDE	108 - ABCDE	140 - ABCDE
13 - ABCDE	45 - ABCDE	77 - ABCDE	109 - ABCDE	141 - ABCDE
14 - ABCDE	46 - ABCDE	78 - ABCDE	110 - ABCDE	142 - ABCDE
15 - ABCDE	47 - ABCDE	79 - ABCDE	111 - ABCDE	143 - ABCDE
16 - ABCDE	48 - ABCDE	80 - ABCDE	112 - ABCDE	144 - ABCDE
17 - ABCDE	49 - ABCDE	81 - ABCDE	113 - ABCDE	145 - ABCDE
18 - ABCDE	50 - ABCDE	82 - ABCDE	114 - ABCDE	146 - ABCDE
19 - ABCDE	51 - ABCDE	83 - ABCDE	115 - ABCDE	147 - ABCDE
20 - ABCDE	52 - ABCDE	84 - ABCDE	116 - ABCDE	148 - ABCDE
21 - ABCDE	53 - ABCDE	85 - ABCDE	117 - ABCDE	149 - ABCDE
22 - ABCDE	54 - ABCDE	86 - ABCDE	118 - ABCDE	150 - ABCDE
23 - ABCDE	55 - ABCDE	87 - ABCDE	119 - ABCDE	151 - ABCDE
24 - ABCDE	56 - ABCDE	88 - ABCDE	120 - ABCDE	152 - ABCDE
25 - ABCDE	57 - ABCDE	89 - ABCDE	121 - ABCDE	153 - ABCDE
26 - ABCDE	58 - ABCDE	90 - ABCDE	122 - ABCDE	154 - ABCDE
27 - ABCDE	59 - ABCDE	91 - ABCDE	123 - ABCDE	155 - ABCDE
28 - ABCDE	60 - ABCDE	92 - ABCDE	124 - ABCDE	156 - ABCDE
29 - ABCDE	61 - ABCDE	93 - ABCDE	125 - ABCDE	157 - ABCDE
30 - ABCDE	62 - ABCDE	94 - ABCDE	126 - ABCDE	158 - ABCDE
31 - ABCDE	63 - ABCDE	95 - ABCDE	127 - ABCDE	159 - ABCDE
32 - ABCDE	64 - ABCDE	96 - ABCDE	128 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/uoSv>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01****O direito do contra**

Nunca é demais lembrar e reclamar de uma das causas que impedem o nosso desenvolvimento: a tributação excessiva, que chega a ser indecente como a nossa distribuição de renda, que, em parte, é provocada e mantida pela carga tributária que pesa sobre todos: de forma direta, sobre empresas e firmas geradoras de trabalho ■ de forma indireta, atingindo todos os consumidores de bens ou serviços. Ninguém compra um quilo de feijão sem pagar os custos indiretos, produção, distribuição e varejo, etapas oneradas com impostos que estão, como se diz hoje, “embutidos” no preço final.

Volta e meia é publicada uma relação de países e suas respectivas cargas de tributação. O Brasil ___ anos ocupa a “pole position”, com folga que pode ser considerada histórica. Na última amostragem, publicada recentemente, são 74 tributos que pesam sobre tudo o que produzimos e consumimos.

Se pensarmos bem, o único bem que somos obrigados ___ consumir sem deixar algum nas burras da União, dos Estados e dos municípios é o ar que respiramos, que, além de ser ainda grátis, é isento de qualquer carga fiscal. Não sei até quando ● mas as sucessivas equipes econômicas que cada governo inventa certamente encontrarão um jeito de taxar o produto, que será considerado produto nacional e pelo qual deveremos pagar.

Quando eu era criança, pensava que a água que bebia e que me lavava fosse gratuita. Que as ruas e caminhos fossem de domínio público – não custava nada ir de uma calçada a outra. Mais tarde compreendi que a água precisa ser tratada e distribuída, as ruas ◆ abertas e conservadas (em tese, evidentemente) – e que tudo isso tem um preço ___ vista.

Quando passamos de pessoa física para pessoa jurídica, por imposição do mercado de trabalho, ficamos pasmos. Jamais poderia imaginar que havia uma tal de Cofins, um ISS sobre um serviço pessoal (escrever) que nada custa ao Estado. De qualquer forma, pago de boa vontade o direito de ser do contra.

(Carlos Heitor Cony. Folha de S. Paulo. Disponível:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz2702200505.htm>. Acesso em 03/01/2025. Adaptado)

01. Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Para o autor, a tributação excessiva se constitui no principal obstáculo para o desenvolvimento do Brasil.
- II. Segundo o texto, o Brasil é campeão em cobrar impostos no cenário internacional.
- III. O autor, ainda em sua infância, descobriu os tributos embutidos na água que bebia e com que tomava banho.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

02. Analise a charge e as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

CARGA TRIBUTÁRIA



(Fonte: Charge do Fernando. Disponível em: <https://www.tribunadainternet.com.br/2023/12/08/esta-claro-que-a-economia-tera-forte-aumento-de-carga-tributaria-ja-elevada/>. Acesso em 03/01/2025)

I. Tanto a charge quanto o texto de Carlos Heitor Cony abordam o mesmo assunto: carga tributária pesada no Brasil.

E

II. A charge ilustra como os tributos pesam sobre tudo o que produzimos e consumimos.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

03. Em relação à regência verbal e ao acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nos parágrafos 2º, 3º e 4º.

- a) há – a – à
- b) a – há – à
- c) à – há – a
- d) à – à – à
- e) a – a – a

04. Leia o trecho abaixo, retirado do texto:

“Ninguém compra um quilo de feijão **sem** pagar os custos **indiretos**”

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, as classes gramaticais das palavras em **negrito**.

- a) Pronome – preposição – adjetivo.
- b) Substantivo – conjunção – advérbio.
- c) Advérbio – conjunção – adjetivo.
- d) Pronome – advérbio – advérbio.
- e) Substantivo – preposição – substantivo.

05. Em “Quando passamos de pessoa física para pessoa jurídica, por imposição do mercado de trabalho, ficamos **pasmos**”, a palavra destacada em **negrito** pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- a) Maravilhados.
- b) Atônitos.
- c) Agradecidos.
- d) Furiosos.
- e) Resolutos.

06. Os símbolos ■, ● e ◆ nos parágrafos 1º, 3º e 4º podem ser substituídos, respectivamente, por quais sinais de pontuação?

- a) Vírgula – ponto de interrogação – vírgula.
- b) Ponto e vírgula – vírgula – dois-pontos.
- c) Dois-pontos – ponto e vírgula – ponto-final.
- d) Ponto e vírgula – vírgula – vírgula.
- e) Travessão – dois-pontos – vírgula.

07. Se no trecho “Quando eu era criança, pensava que a água que bebia e que me lavava fosse gratuita”, retirado do texto, o pronome “eu” fosse flexionado no plural (“nós”), quantas outras palavras na frase teriam de ser modificadas para fins de concordância?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

TEXTO 02

DIREITO AO ÓCIO

O lazer ocupa lugar ambíguo na sociedade contemporânea. Para uma tradição moralista inspirada em reformadores como Calvino, o ócio é o pai de todos os vícios. É o trabalho que enobrece o homem.

No polo oposto, vários filósofos defenderam - e defendem - o ócio como um momento especialmente criativo, que estaria na própria base da civilização ocidental.

A ambiguidade não se dá apenas no campo teórico. Em termos práticos, a situação não é mais clara. O caderno Equilíbrio desta Folha trouxe na quinta-feira passada sugestiva reportagem intitulada “Escravos do prazer”. Descrevia o problema de pessoas que transformam a diversão dos fins de semana numa espécie de obrigação, em que todas as atividades são minuciosamente planejadas.

Num certo sentido, o trabalho invadiu o domínio do lazer, que deve ser acima de tudo “produtivo”. Para tirar

o máximo de proveito do “tempo livre”, é preciso planejá-lo e organizá-lo. É evidente que algo do “livre” se perde nesse processo.

E não é só com conceitos que o trabalho se apropriou do ócio. A invasão também é física. Computadores, telefones celulares e aparelhos de fax destruíram as fronteiras do escritório. O trabalho chega ao executivo a qualquer tempo e em qualquer lugar. Férias e fins de semana são admitidos não como um fim, mas simplesmente porque aumentam a produtividade. O excesso de estresse é inimigo do bom desempenho. É claro que isso é de fato verdade, mas não é bom que seja só isso.

As coisas nem sempre foram assim. Para os antigos gregos, valia o exato oposto. Aristóteles, na “Política”, escreveu: “O primeiro princípio de toda ação é o ócio. Ambos (ação e ócio) são necessários, mas o ócio é melhor do que a ocupação e é o fim em razão do qual esta existe”.

Tanto para os gregos como para os latinos, o ócio é o valor positivo. Em grego “scholé” significa “tempo livre”, “lazer”. Não é tanto uma inatividade - embora possa também sê-lo -, mas o tempo que alguém gasta em seu próprio interesse. É o momento do prazer estético e da filosofia. Não é surpreendente, portanto, que “scholé” esteja na raiz da palavra “escola”. O termo negativo, “ascholíá”, em que o prefixo “a” indica privação, tem o sentido de “ocupação” e também o de “dificuldade”. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao termo latino “otium”. Sua negação forma a palavra “negotium”.

Filósofos como o alemão Josef Pieper (1904-1997) foram ainda mais longe, a ponto de afirmar que o lazer, ao inaugurar a reflexão filosófica, é o fundamento da cultura.

Quando os valores da produção começam a invadir a esfera do ócio, existe um problema. Fica abalada a ideia grega de tempo que o indivíduo destina a si mesmo. Administrar esse tempo como uma linha de produção desvirtua a noção de liberdade e de descompromisso, que caracteriza e dá “valor” ao próprio lazer.

Mais do que um direito, o ócio é pré-requisito da civilização.

(Fonte: Editorial Folha de S. Paulo. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz0402200102.htm>. Acesso em 03/01/2025. Adaptado)

08. Por meio da leitura do texto, infere-se que:

- a) Aristóteles defendia a necessidade do ócio para o ser humano, embora valorizasse mais o trabalho que o descanso.
- b) dispositivos eletrônicos promovem flexibilidade na jornada de trabalho, proporcionando mais tempo de ócio às pessoas.
- c) o valor atribuído ao ócio oscilou significativamente entre diferentes sociedades e períodos históricos.
- d) mesmo com a pressão por produtividade, a fronteira entre trabalho e lazer persiste na sociedade contemporânea.
- e) planejar o tempo livre não afeta a espontaneidade, garantindo-se o máximo proveito do lazer.

09. Em “Num certo sentido, o trabalho invadiu o domínio do lazer” (4º parágrafo), é empregada a figura de linguagem:

- a) Inversão.
- b) Antítese.
- c) Comparação.
- d) Metonímia.
- e) Personificação.

10. Ao converter o fragmento “O lazer ocupa um lugar ambíguo na sociedade contemporânea” para a voz passiva, a reescrita será:

- a) Na sociedade contemporânea, o lazer está sendo ocupado por um lugar ambíguo.
- b) Um lugar ambíguo, na sociedade contemporânea, é ocupado pelo lazer.
- c) Ocupam-se lugar ambíguo pelo lazer na sociedade contemporânea
- d) A sociedade contemporânea ocupa lugar ambíguo no lazer.
- e) Será ocupado um lugar ambíguo pelo lazer na sociedade contemporânea.

11. Assinale a alternativa na qual a palavra sublinhada, “que”, NÃO tenha sido utilizada como pronome relativo.

- a) “Descrevia o problema de pessoas que transformam a diversão dos fins de semana numa espécie de obrigação” (3º parágrafo)
- b) “o trabalho invadiu o domínio do lazer, que deve ser acima de tudo ‘produtivo’” (4º parágrafo)
- c) “É evidente que algo do ‘livre’ se perde nesse processo” (4º parágrafo)
- d) “Fica abalada a ideia grega de tempo que o indivíduo destina a si mesmo” (9º parágrafo)
- e) “mas o tempo que alguém gasta em seu próprio interesse” (7º parágrafo)

12. Assinale a alternativa que apresenta uma palavra que NÃO pertence à mesma classe gramatical do vocábulo sublinhado no trecho a seguir, retirado do texto: “O lazer ocupa lugar ambíguo na sociedade contemporânea”.

- a) contíguo.
- b) dúbio.
- c) balaio.
- d) especiais.
- e) macio.

13. Considerando o emprego de recursos coesivos referenciais, analise as assertivas a seguir:

- I. Em “é preciso planejá-lo e organizá-lo” (4º parágrafo), o termo “-lo”, em ambos os verbos, é pronome pessoal e tem o mesmo referente: tempo livre.
- II. No 6º parágrafo, em “é o fim em razão do qual **esta** existe”, “esta” tem como referente a palavra “ocupação”, também no mesmo parágrafo.
- III. Em “tem o sentido de privação e também o de ‘dificuldade’”, o pronome pessoal “o” tem como referente a palavra “termo” no mesmo parágrafo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

14. Analise as assertivas a seguir:

- I. A palavra “fáisca” é acentuada conforme a regra das paroxítonas, e a palavra “órgãos”, conforme a regra do hiato.
- II. As palavras “história” e “estranho” apresentam o mesmo número de fonemas.
- III. Pode-se dizer que a palavra “descobrimento” é formada por derivação sufixal.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

TEXTO 03

A romantização do excesso de trabalho traz prejuízos

Agenda lotada, reuniões sem fim e poucos horários livres para o lazer. Para muitas pessoas, a ideia de sucesso

profissional ainda está atrelada a isto: longas jornadas de trabalho e uma rotina corrida, em que não há espaço para outra coisa a não ser a vida profissional. Essa romantização do trabalho excessivo, no entanto, pode trazer sérios prejuízos ___ saúde física e principalmente mental.

A psicóloga Patricia Mello explica que essa necessidade de dedicação extrema tem origem na noção de que o trabalho forma o caráter e agrega valor à pessoa. “A ideia é sustentada pelo princípio de que um indivíduo produtivo é importante ___ sociedade, e que isso o define enquanto ser humano decente e honesto. A pessoa que trabalha em demasia é vista como alguém de status elevado. Isso é uma percepção equivocada do ser humano, uma vez que seu valor não decorre de quantas horas trabalha, mas das qualidades que apresenta para si e no vínculo com outros indivíduos”.

Segundo a psicóloga, a romantização surge em um contexto cultural em que a produtividade é mais valorizada do que a qualidade de vida e em que se vende a ideia de que essa é a única forma de se obter sucesso. Isso favorece ___ construção de relações de trabalho abusivas e provoca vários efeitos psicológicos.

Para a psicóloga, o primeiro passo para evitar a romantização do trabalho é entender que tempo é vida e que cada um precisa refletir sobre como vai utilizá-lo. Ela deu ainda algumas dicas de como manter o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Confira:

- Estabeleça horários na agenda para trabalho e para outras atividades não relacionadas, como hobbies e passeios.

- Reserve momentos de lazer todas as semanas e um tempo para cuidar de si diariamente.

- Evite falar de trabalho a todo momento.

- Deixe para se preocupar com suas demandas apenas durante o horário de trabalho. Não leve essas preocupações para casa.

- Se você trabalha em casa, anote essas preocupações em um caderno e deixe-o no escritório para não pensar nelas a não ser que esteja no ambiente.

- Escolha um dia da semana para não pensar em qualquer tipo de obrigação vinculada a dinheiro, trabalho e desempenho.

- Aproveite o tempo com as pessoas que ama.

(Correio do Povo. Disponível: correiodopovo.com.br. Acesso em 06/01/2025. Adaptado)

15. Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Para a psicóloga, a valorização de longas jornadas laborais advém da mentalidade de que o trabalho forja o caráter das pessoas.
- II. O conceito de “workaholic”, pessoas que trabalham compulsivamente, exemplifica a romantização do trabalho presente no texto.
- III. Segundo a psicóloga, trabalhar em excesso é a principal causa de ansiedade e depressão, além de relações de trabalho abusivas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

16. Considerando o fragmento “A pessoa que trabalha em demasia é vista como alguém de status elevado. Isso é uma percepção equivocada do ser humano, uma vez que seu valor não decorre de quantas horas trabalha, mas das qualidades que apresenta para si e no vínculo com outros indivíduos”, infere-se predominantemente que o caráter de alguém:

- a) reside em seus valores, e não em sua jornada de trabalho.
- b) determina a quantidade de horas trabalhadas.
- c) está completamente desassociado à vida laboral.
- d) equivale ao status social que ela alcança.
- e) envolve critérios de produtividade em detrimento dos relacionamentos.

17. Em relação à regência verbal e ao acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º.

- a) há – a – à
- b) a – há – à
- c) à – há – a
- d) à – à – à
- e) à – à – a

18. *“Isso é uma percepção equivocada do ser humano, uma vez que seu valor não decorre de quantas horas trabalha, mas das qualidades que apresenta para si e no vínculo com outros indivíduos”.*

Assinale a alternativa que apresenta palavra ou expressão que possa substituir corretamente a conjunção “uma vez que” (2º parágrafo) sem causar alteração ao sentido ou à estrutura do trecho do texto em que ocorre.

- a) Embora.
- b) Todavia.
- c) Assim como.
- d) Visto que.
- e) Ainda que.

19. Assinale o correto referente do pronome “isto” (1º parágrafo).

- a) “Agenda lotada, reuniões sem fim e poucos horários livres”.
- b) “lazer” (l. 34).
- c) “sucesso profissional”.
- d) “longas jornadas de trabalho e uma rotina corrida”.
- e) “romantização do trabalho excessivo”.

20. Considerando o fragmento retirado do texto “a romantização surge em um contexto cultural em que a produtividade é mais valorizada do que a qualidade de vida”, no tocante à transitividade verbal, o verbo “surge” é classificado como um verbo:

- a) De ligação.
- b) Intransitivo.
- c) Transitivo direto.
- d) Transitivo indireto.
- e) Transitivo direto e indireto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa que se apresenta em conformidade com as regras constitucionais:

- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica/científica, bem como a acumulação de um deles com outro de professor.
- b) a proibição de acumular cargos abrange autarquias, fundações, mas não empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, membros do Ministério Público estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
- d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

22. João é ocupante de cargo efetivo na secretaria da fazenda de determinado município brasileiro, tendo agido ilicitamente na arrecadação de tributos, mediante conduta comissiva dolosa. Neste caso, nos termos da Lei 8.429/1992, é correto afirmar que:

- a) João também poderia responder pelo ato de improbidade caso houvesse agido culposamente.
- b) João estaria sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 10 anos.
- c) Ainda que fosse processado no bojo de ação oferecida pelo ministério público estadual, seria possível a celebração de acordo de não persecução cível em favor de João.
- d) A multa, caso aplicada judicialmente, não exige trânsito em julgado da sentença condenatória para sua efetivação.
- e) As ações previstas na referida Lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício do cargo, sob pena de prescrição.

23. Segundo a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), em contratações nas quais a Administração verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que irão satisfazer suas necessidades, na hipótese de não conseguir definir com precisão os requisitos da contratação, adotar-se-á:

- a) Concurso.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Concorrência.
- d) Pregão.
- e) Leilão.

24. Em relação aos tipos de licitação previstos na Lei 14.133/2021, marque a alternativa correta:

- a) O critério do maior retorno econômico deve ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações integradas.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) No tipo técnica e preço, admite-se proporção máxima de 50% de valoração para a proposta técnica.
- d) O maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- e) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

25. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às normas previstas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) acerca da decisão administrativa e da responsabilidade do agente público:

- a) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização do ato ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- b) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época da revisão, e não do momento em que o ato havia sido praticado.
- c) A decisão que estabelecer orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

d) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

e) Não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

26. Assinale a alternativa que se apresenta contrária às definições constantes da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD):

a) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

b) dado anonimizado: dado relativo a titular que possa ser identificado, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

c) banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

d) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

e) bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

27. No que se refere ao desfazimento dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) A cassação representa extinção de ato válido por razões de conveniência e oportunidade da Administração.
- b) Atos que integram procedimento, em regra, são passíveis de revogação.
- c) Atos que possuem vício de finalidade são considerados anuláveis, e não nulos.
- d) A caducidade de um ato administrativo ocorre quando legislação superveniente torna insustentável o ato anteriormente praticado.
- e) A anulação realizada pela Administração depende da provocação do interessado.

28. Pedro, fiscal de tributos em determinada unidade da federação, na regular execução de uma fiscalização tributária, apreendeu mercadorias de determinado contribuinte, que se encontravam em situação irregular. Neste caso, pode-se afirmar que a referida atuação decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, revestindo-se do atributo da autoexecutoriedade.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

29. Em relação às entidades da Administração Indireta, considerando os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.

b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.

c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.

e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

30. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que menciona corretamente competência do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos previstos na Constituição Federal:

a) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, sanções penais, previamente tipificadas em lei.

b) fiscalizar integralmente as contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, sejam contas nacionais ou não.

c) julgar as contas do Presidente da República como mecanismo republicano de controle da gestão governamental.

d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargos de livre nomeação e exoneração.

e) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em ato ou contrato.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

31. As cláusulas pétreas são disposições constitucionais que não podem ser abolidas por emendas, garantindo a preservação de determinados princípios fundamentais. No direito constitucional brasileiro, qual das alternativas a seguir NÃO é considerada uma cláusula pétrea pela Constituição Federal de 1988?

- a) A forma federativa de Estado.
- b) A separação dos Poderes.
- c) O voto direto, secreto, universal e periódico.
- d) A forma republicana de governo.
- e) Os direitos e garantias individuais.

32. Após ter sido decretado, pelo Congresso Nacional, estado de calamidade pública nacional, por iniciativa de 27 Senadores, foi apresentada proposta de emenda à Constituição. A PEC retira do Distrito Federal autonomia política, de forma que o Governador passa a ser nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, e a Câmara Legislativa fica extinta. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.

d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.

e) inconstitucional, porque a proposta fere princípio federativo, cláusula pétrea, e não poderia sequer ser objeto de deliberação.

33. O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

34. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

35. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

36. A Constituição Federal de 1988 prevê mecanismos para a sua própria reforma. Considerando o processo de emenda constitucional no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser aprovada se obtiver, em cada casa do Congresso Nacional, o voto favorável de três quintos dos membros, em dois turnos de votação.
- b) A emenda à Constituição pode ser aprovada por maioria simples, desde que seja votada em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional.
- c) O Presidente da República pode, por decreto, emendar a Constituição em casos de urgência e relevância nacional.
- d) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por qualquer cidadão, desde que consiga apoio de pelo menos um terço dos deputados federais.
- e) As cláusulas pétreas podem ser suprimidas, desde que a proposta de emenda seja aprovada por unanimidade no Senado Federal.

37. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

38. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) bonapartista e flexível.

39. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

40. O conceito de Poder Constituinte é fundamental para entender a origem e a estrutura das Constituições. Com base na doutrina e na teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte derivado é ilimitado e incondicionado, podendo alterar qualquer parte da Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.
- b) O Poder Constituinte originário é subordinado ao ordenamento jurídico anterior, devendo respeitar as normas vigentes no momento da sua elaboração.
- c) O Poder Constituinte originário manifesta-se na elaboração de emendas constitucionais, sendo responsável por atualizar o texto constitucional vigente.
- d) O Poder Constituinte derivado reformador é limitado e condicionado, devendo respeitar as cláusulas pétreas e seguir o procedimento estabelecido pela própria Constituição.
- e) O Poder Constituinte derivado revisor, previsto na Constituição Federal de 1988, pode modificar o núcleo essencial dos direitos fundamentais sem restrições.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

41. Ao descontar em um banco, 2 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 28.500,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 24.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 21.000,00
- c) R\$ 22.000,00

- d) R\$ 22.200,00
- e) R\$ 22.500,00

42. Uma dívida decorrente de um empréstimo deverá ser liquidada por meio de 120 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data do empréstimo. Considerando que foi utilizado o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de 2% ao mês, verifica-se que o valor da última prestação é igual a R\$ 1.275,00. A prestação da 50ª prestação, é

- a) R\$ 3.100,00
- b) R\$ 3.050,00
- c) R\$ 3.025,00
- d) R\$ 3.000,00
- e) R\$ 3.075,00

43. Um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 17.468,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

44. Um investimento no valor de R\$ 200.000,00 é realizado no início de um determinado ano. No final deste ano, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de R\$ 238.560,00. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

- a) 18,50% e 7,28%.
- b) 18,50% e 6,50%
- c) 19,28% e 7,28%.
- d) 19,28% e 6,78%.
- e) 19,28% e 6,50%.

45. Uma programação de investimento consiste na realização de três depósitos consecutivos de valores iguais efetuados no início de cada ano. O resgate dos respectivos montantes será feito de uma só vez, três anos após a data do primeiro depósito. Considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, e sabendo-se que a soma dos montantes no ato do resgate foi igual a R\$ 43.692,00, conclui-se que o valor de cada depósito é igual a

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 10.500,00
- c) R\$ 11.000,00
- d) R\$ 11.500,00
- e) R\$ 12.000,00

46. Maria Bu almoça diariamente no restaurante ESTRATÉGIA FOOD. A comida é feita de forma aleatória por um dos três cozinheiros que lá trabalham:

- 1) 40% das vezes a sopa é feita por Silvio Sande;
- 2) 40% das vezes por Carlos Henrique
- 3) 20% das vezes por Renato da Costa
- 4) Silvio Sande salga demais a comida 10% das vezes,
- 5) Carlos Henrique o faz em 5% das vezes

6) Renato da Costa 20% das vezes.

Como de costume, um dia qualquer Maria Bu pede o almoço e, ao experimentá-lo, verifica que está salgado demais. A probabilidade de que esse almoço tenha sido feito por Carlos Henrique é igual a

- a) 0,15.
- b) 0,25.
- c) 0,30.
- d) 0,20.
- e) 0,40.

47. Num estudo do consumo de suco para uma determinada marca que seria lançada, supõe-se que a distribuição do consumo é aproximadamente normal com média desconhecida μ litros por dia e desvio padrão de 3 litros por dia. Uma amostra de 36 pessoas produziu a média de consumo de 16 litros por dia. Deseja-se testar a hipótese $H_0: \mu = 15$ contra a alternativa $H_1: \mu > 15$.

z	P(Z < z)
1,0	0,841
1,2	0,885
1,4	0,919
1,6	0,945
1,8	0,964
2,0	0,977
2,2	0,986
2,4	0,992

Considerando os valores da função de distribuição normal padrão dados acima, calcule o p-valor do teste

- a) 2,1%
- b) 0,8%
- c) 1,4%
- d) 3,6%
- e) 2,0%

Baseado no texto, resolva as questões **48** e **49**.

48. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 2.000$ e probabilidade de sucesso p_0 , a estimativa de máxima verossimilhança da média de X será igual a :

- a) 1000
- b) 1200
- c) 1300
- d) 1400
- e) 1500

49. O erro padrão é igual a:

- a) 0,01
- b) 0,02
- c) 0,03
- d) 0,04
- e) 0,05

50. Uma pesquisa recente foi realizada para avaliar o percentual da população favorável à eleição de um determinado candidato.

Para isso, selecionou-se uma amostra aleatória simples. O resultado apurou 50% de intenção de votos para esse candidato.

Sabendo que $P(z > 2) = 0,025$ e considerando que a margem de erro foi de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e que o nível de confiança utilizado foi de 95%, julgue o item seguinte:

Quantas pessoas foram ouvidas na pesquisa?

- a) 1200
- b) 1600
- c) 2500
- d) 3000
- e) 3600

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

51. Beatriz comentou para a sua amiga que “vestiu um sapato ou foi ao casamento e à balada”. A negação desse comentário é:

- a) Vestiu um sapato ou não foi ao casamento e à balada.
- b) Vestiu um sapato ou não foi ao casamento ou não foi à balada.
- c) Não vestiu um sapato ou não foi ao casamento nem à balada.
- d) Não vestiu um sapato e não foi ao casamento nem à balada.
- e) Não vestiu um sapato e não foi ao casamento ou não foi à balada.

52. O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição “Você é um concursado feroz, pois estuda e trabalha” é igual a:

- a) 3
- b) 4
- c) 6
- d) 8
- e) 16

53. Considere que todo Alfa é Beta, algum Beta é Gama, e algum Gama não é Alfa. Guilherme, Amélia e Ricardo fizeram as seguintes afirmações:

Guilherme: se houver Gama que é Alfa, então ele não será Beta.

Amélia: se houver Beta que é Alfa, então não será Gama.

Ricardo: pode haver Alfa que seja Beta e Gama.

Está incontestavelmente correto APENAS o que é afirmado por

- a) Guilherme.
- b) Amélia.
- c) Ricardo.
- d) Guilherme e Amélia.
- e) Guilherme e Ricardo.

54. Cinco amigos praticam cada um deles uma única atividade física. Sabe-se que:

- Armando e Jânio não praticam natação.
- Michel e Felício não praticam basquete nem atletismo.
- Diego não pratica hipismo nem esgrima.
- Armando não pratica basquete.
- Diego não pratica basquete nem atletismo.
- Felício não pratica esgrima.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Armando pratica atletismo.
- b) Diego pratica hipismo.
- c) Felício pratica natação.
- d) Jânio pratica esgrima.
- e) Michel pratica basquete.

55. Considere as seguintes proposições:

I. Se Tiago é feliz, então Tiago é feliz e Tereza é triste.

II. João Pedro é servidor público se, e somente se, João Pedro não é servidor público.

III. Ou Abigail é concurseira, ou Abigail não é concurseira.

É correto afirmar que I, II e III são, respectivamente:

- a) tautologia, contradição e contingência.
- b) tautologia, contingência e contradição.
- c) contradição, contingência e tautologia.
- d) contingência, tautologia e contradição.
- e) contingência, contradição e tautologia.

56. O pai de Arnaldo, Brenda, Cassiano e Diego chegou à sua casa e colocou um pacote de biscoito sobre uma mesa. Depois de alguns minutos, o pacote havia desaparecido sem que o pai visse quem foi que pegou. Ele perguntou aos filhos quem havia pegado o pacote de biscoitos. Cada um deles respondeu assim:

- Arnaldo: "Não fui eu".
- Brenda: "Foi o Cassiano quem pegou o pacote".
- Cassiano: "Diego é o responsável pelo sumiço do pacote".
- Diego: "Brenda está errada".

Sabendo-se que apenas um deles não está falando a verdade, então:

- a) Arnaldo pegou o pacote.
- b) Brenda pegou o pacote.
- c) Cassiano pegou o pacote.
- d) Diego pegou o pacote.
- e) Não se pode concluir quem pegou o pacote.

57. Considere a afirmação a seguir:

Se eu estudar com a coruja e me dedicar ao máximo, então serei aprovado.

Uma afirmação equivalente à anterior é:

- a) Estudei com a coruja e me dediquei ao máximo e não fui aprovado.
- b) Não estudei com a coruja e não me dediquei ao máximo ou não fui aprovado.
- c) Se eu não for aprovado, então não estudei com a coruja ou não me dediquei ao máximo.
- d) Se eu não for aprovado, então não estudei com a coruja e não me dediquei ao máximo.
- e) Se eu não estudar com a coruja ou não me dedicar ao máximo, então não serei aprovado.

58. Se Remo é engenheiro, então Antônio não é arquiteto. Se Caio é cientista, então Dener não é desenhista. Se Dener não é desenhista, então Antônio é arquiteto. Sabe-se que Caio é cientista.

A partir dessas informações, é correto concluir que

- a) Antônio não é arquiteto ou Remo é engenheiro.
- b) Remo não é engenheiro ou Caio não é cientista.
- c) Dener é desenhista e Antônio não é arquiteto.
- d) Se Dener não é desenhista, então Caio não é cientista.
- e) Remo é engenheiro e Dener não é desenhista.

59. O prefeito de Porto Alegre resolveu visitar os 6 setores da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre, A, B, C, D, E e F. Sabendo-se que ele deve começar a visita pelo setor A e terminar pelo setor F, o número de sequências possíveis que ele poderá realizar o programa de visitação é:

- a) 24
- b) 48
- c) 60
- d) 120
- e) 720

60. Um determinado produto será produzido em três máquinas: A, B e C. As probabilidades de as máquinas A, B e C produzirem somente peças sem defeitos são $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{5}$, respectivamente. A probabilidade de todas as três máquinas produzirem peças com defeito é:

- a) 0,25
- b) 0,30
- c) 0,35
- d) 0,40
- e) 0,45

ECONOMIA

Amanda Aires

61. O produto interno bruto (PIB) pode ser calculado de diversas formas. Qual das alternativas a seguir está correta?

- a) O PIB pela ótica da produção é calculado somando-se os salários pagos pelos empregadores, os lucros empresariais e os tributos líquidos de subsídios.
- b) B) O PIB pela ótica da despesa é obtido somando-se os investimentos privados, os gastos do governo e as transferências sociais.
- c) C) O PIB pela ótica da renda inclui os lucros empresariais, a remuneração dos fatores de produção e os tributos líquidos de subsídios.
- d) D) O PIB pela ótica da despesa é calculado somando-se o consumo das famílias, o investimento, os gastos do governo e o saldo líquido das exportações.
- e) E) O PIB exclui os valores agregados do setor público, pois este não gera lucro.

62. Sobre o deflator implícito do PIB, é correto afirmar que:

- a) O deflator implícito do PIB mede exclusivamente a variação dos preços dos bens de consumo adquiridos pelas famílias.
- b) B) O deflator implícito do PIB é calculado como a razão entre o PIB nominal e o PIB real.
- c) C) O deflator implícito do PIB exclui as variações de preços no setor de serviços.
- d) D) O deflator implícito do PIB é equivalente ao índice de preços ao consumidor (IPC).
- e) E) O deflator implícito do PIB considera apenas as variações nos preços dos bens importados.

63. Segundo a teoria keynesiana, o multiplicador econômico:

- a) Depende exclusivamente da propensão marginal a consumir (PMC).
- b) Aumenta à medida que a poupança aumenta.
- c) É inversamente proporcional à propensão marginal a poupar (PMP).
- d) É indiferente ao nível de tributação em uma economia.
- e) É uma constante universal, independente das características de cada economia.

64. No contexto do Balanço de Pagamentos segundo o BPM6, qual afirmação está correta?

- a) A conta de transações correntes inclui exclusivamente as exportações e importações de bens e serviços.
- b) A conta capital registra fluxos financeiros, como empréstimos e investimentos diretos estrangeiros.
- c) O saldo da conta financeira reflete diretamente as transações correntes de bens e serviços.
- d) O conceito de déficit no balanço de pagamentos ocorre quando há entrada líquida de capital superior às transações correntes.
- e) A conta capital registra transferências de ativos não financeiros, como propriedade intelectual.

65. No Modelo IS-LM, o equilíbrio simultâneo no mercado de bens e no mercado monetário é alcançado:

- a) Quando a curva IS cruza a curva LM no ponto correspondente a uma taxa de juros máxima.
- b) Quando o nível de investimento é igual ao nível de poupança, sem influências da política monetária.
- c) Quando a demanda por bens é igual à oferta de bens, e a demanda por moeda é igual à oferta de moeda.
- d) Quando a curva IS é horizontal, indicando completa insensibilidade dos gastos à taxa de juros.
- e) Quando a curva LM é vertical, refletindo insensibilidade da oferta de moeda às mudanças na renda.

FINANÇAS PÚBLICAS

Leandro Ravyelle

66. O órgão legislativo, ao apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025 de um ente público, aprovou as propostas de emendas no limite de 2% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), observando que metade desse percentual deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde, com base na:

- a) média da RCL dos três últimos exercícios financeiros.
- b) RCL do exercício de 2023.
- c) RCL do exercício de 2024.
- d) RCL do exercício de 2022.
- e) RCL consolidada até o segundo quadrimestre do exercício anterior.

67. De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO), a classificação da receita por natureza é adotada por todos os entes federativos e busca identificar a origem do recurso público, considerando o fato gerador, ou seja, o acontecimento que gerou o ingresso nos cofres públicos. Com base nessa classificação, a “Origem” da receita será utilizada para registrar os recursos arrecadados com:

- a) a venda de bens móveis desativados.
- b) os juros sobre aplicações financeiras.
- c) a devolução de recursos de adiantamentos não utilizados.
- d) a alienação de ativos imobilizados.
- e) outras receitas correntes.

68. Com a expectativa de uma crescente pressão sobre o orçamento público em 2026, o governador de um estado, com apoio da Secretaria de Fazenda, deve acompanhar, conforme a Lei nº 4.320/1964:

- a) as despesas de pessoal em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- b) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e os investimentos em relação à amortização da dívida pública;
- c) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública;
- d) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- e) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública.

69. Com base na abordagem de Crepaldi e Crepaldi (2013) sobre os aspectos do orçamento público, analise as assertivas abaixo:

I. Sob o aspecto jurídico, o orçamento público é uma peça de planejamento estratégico que define as metas e objetivos para o exercício financeiro, buscando assegurar o atendimento às necessidades coletivas.

II. Sob o aspecto político, o orçamento público representa o pacto entre os poderes Executivo e Legislativo, determinando os limites máximos de arrecadação e execução das despesas públicas.

III. Sob o aspecto econômico, o orçamento público é o instrumento pelo qual o governo capta recursos financeiros e os aplica em atividades que geram impactos no desenvolvimento econômico e social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

70. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO.
- b) A despesa total com pessoal nos Estados não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida, sendo 6% destinados ao Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas.
- c) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, com demonstrações que incluam a despesa apurada com pessoal do referido ente.
- d) A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica

e) É vedada a criação, majoração ou extensão de benefícios tributários que impliquem renúncia de receita sem a demonstração de sua inclusão no orçamento e, em alguns casos, sem estimativa de impacto nos 2 exercícios subsequentes.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

71. Eduardo possui um ateliê de pintura, e exerce essa profissão com maestria. Angaria um excelente retorno financeiro no desenvolvimento dessa atividade, ao ponto de precisar aumentar sua estrutura. Esse aumento fez com que a atividade de pintura passasse a ser quase que secundária em relação a toda atividade desenvolvida. Entende-se que a sua profissão é um elemento de empresa dentro de toda estrutura organizacional desenvolvida por ele, sendo assim:

- a) por exercer uma atividade intelectual de natureza artística, Eduardo não deve ser considerado empresário.
- b) por ganhar muito dinheiro, deve ser considerado empresário, e não um profissional autônomo.
- c) para ser considerado empresário, Eduardo precisa estar devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) por sua profissão intelectual enquadrar-se como um elemento de empresa, Eduardo é considerado empresário para efeitos jurídicos.
- e) Ainda que Eduardo queira, não poderá se juntar a outra pessoa e montar uma sociedade, já que se trata de um tipo de atividade personalíssima que só pode ser desenvolvida por ele.

72. As sociedades são pessoa jurídicas de direito privado e com previsão expressa no Código Civil. A respeito dos tipos societários e suas características, marque a opção correta:

- a) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, sendo que a atividade deve restringir-se à realização de um negócio determinado.
- b) Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro e, simples, as demais, independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade limitada; e, simples, a cooperativa.
- c) A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída, ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, com as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária.
- d) A sociedade adquire personalidade jurídica com a confecção e assinatura do ato constitutivo, na forma da lei.
- e) Em função do princípio da autonomia privada, é possível a formação de um tipo societário não previsto expressamente na legislação, chamada de sociedade atípica.

73. A respeito das sociedades limitadas, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade limitada, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- b) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, sendo que pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
- c) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se houver aprovação de titulares de mais de um quarto do capital social.
- d) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das regras que lhe são próprias, pelas normas da sociedade simples e não poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- e) O sócio poderá participar a distância, mas não poderá votar em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

74. As sociedades anônimas possuem legislação própria, e essa apresenta os órgãos que fazem parte desse tipo societário. Analise os itens e depois marque a opção correta:

- I - Compete privativamente à assembleia geral reformar o estatuto social; eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia; tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; dentre outras.
- II - O conselho de administração será composto por, no mínimo, três membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer o número de conselheiros, ou o máximo e mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembleia ou pelo próprio conselho.
- III - A Diretoria será composta por um ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral, e o estatuto estabelecerá o número de diretores, ou o máximo e o mínimo permitidos.
- IV - Compete ao conselho fiscal fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral.

Estão corretas as opções:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) Apenas as I e II.
- e) Apenas III e IV.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

75. A respeito das características e do funcionamento das pessoas jurídicas, analise as assertivas e assinale a alternativa correta

- a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa automaticamente com a assinatura de seu ato constitutivo.
- b) As pessoas jurídicas possuem autonomia patrimonial, o que implica que seus sócios não podem ser responsabilizados pelos atos da pessoa jurídica em nenhuma circunstância.
- c) A personalidade jurídica das pessoas jurídicas de direito privado é adquirida mediante a inscrição de seu ato constitutivo no registro competente, precedida de autorização do Poder Executivo, se necessária.
- d) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas foi estabelecida exclusivamente para evitar qualquer tipo de responsabilização de seus administradores.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e privado compartilham o mesmo regime jurídico aplicável a seus atos constitutivos

76. Sobre os elementos e a eficácia dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta

- a) O termo inicial de um negócio jurídico é um evento futuro e incerto que subordina a aquisição de direitos ao seu advento.
- b) A condição suspensiva em um negócio jurídico impede a produção de qualquer efeito até a sua ocorrência.
- c) Os negócios jurídicos sujeitos a condições resolutivas permanecem ineficazes até que a condição se realize.
- d) O encargo imposto em um negócio jurídico suspende o exercício dos direitos concedidos ao beneficiário até o cumprimento da obrigação.
- e) A eficácia dos negócios jurídicos depende exclusivamente da forma como são celebrados,

independentemente da observância de requisitos legais.

77. Sobre as nulidades e anulabilidades no direito civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A nulidade absoluta de um negócio jurídico pode ser suprida pela vontade das partes, desde que não haja prejuízo a terceiros.
- b) A anulabilidade pode ser declarada de ofício pelo juiz, ao conhecer do negócio jurídico ou de seus efeitos.
- c) O negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz é nulo, não podendo ser confirmado pelas partes nem convalidado pelo decurso do tempo.
- d) A nulidade relativa, também conhecida como anulabilidade, gera efeitos ex tunc, retroagindo à data do ato jurídico.
- e) A simulação relativa torna o negócio jurídico absolutamente nulo, sem possibilidade de aproveitamento de qualquer parte do ato.

78. Sobre os institutos da dação em pagamento, da compensação e da novação, assinale a alternativa correta:

- a) Na dação em pagamento, o credor é obrigado a aceitar qualquer coisa oferecida pelo devedor, desde que tenha valor superior à obrigação inicial.
- b) A compensação somente pode ocorrer se os créditos forem líquidos, certos e vencidos, salvo disposição em contrário entre as partes.
- c) A novação implica necessariamente a substituição do devedor, mantendo-se o mesmo objeto da obrigação anterior.
- d) A dação em pagamento, diferentemente da compensação, não extingue a obrigação principal, apenas a modifica.
- e) A novação exige a concordância de ambas as partes e extingue a obrigação primitiva, salvo disposição em contrário.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

79. O Código Penal brasileiro adota a teoria objetiva no que tange à punibilidade da tentativa, de forma que, uma vez reconhecida a figura do crime tentado, o agente será punido:

- a) Salvo disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- b) Com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, sempre.
- c) Salvo disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um sexto a um terço.
- d) Com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um sexto a um terço, sempre.
- e) Com a mesma pena prevista para o crime consumado, sem redução.

80. Bernardo, fiscal municipal, recebeu de Fernando a seguinte proposta: R\$ 10.000,00 em dinheiro para não lavrar multa em desfavor da empresa da qual este último é sócio. Bernardo aceita a promessa e efetivamente deixa de realizar a autuação. Porém, Fernando não realiza o pagamento prometido.

Nesse caso, é correto afirmar que Bernardo e Fernando praticaram, respectivamente, os crimes de:

- a) corrupção passiva consumada, majorada em um terço, e corrupção ativa consumada, majorada em um terço.
- b) corrupção passiva consumada, sem majoração, e corrupção ativa tentada, sem majoração
- c) corrupção passiva consumada, com majoração, e corrupção ativa consumada, sem majoração
- d) corrupção passiva consumada para ambos
- e) corrupção passiva tentada para ambos

BLOCO II**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO***Emannuelle Gouveia*

81. A orientação de não manter nenhum dado impresso ou anotado em papel, no meio físico, disponível para as pessoas que têm acesso àquele ambiente, evitando papéis que espalhados sobre a mesa, para que pessoas não autorizadas ou que não deveriam ter acesso a uma determinada informação não possam facilmente quebrar essa regra. Essa é uma prática de segurança da informação chamada de:

- a) Prática da Mesa Limpa
- b) Prática do Cuidado Pessoal
- c) Prática do TOC
- d) Prática da Boa Vizinhaça
- e) Prática da Não Acumulação

82. Registro digital instalado em suporte físico móvel, como token-USB e cartão, sendo responsável por veicular os dados e individualizar uma pessoa, mediante um par de chaves criptografadas. Essa é a definição do:

- a) ICP- BRASIL
- b) Certificado A3
- c) AC
- d) AR
- e) Certificado A1.

83. Segundo a LGPD, são agentes de tratamento:

- a) operador e controlador
- b) operador e encarregado
- c) controlador e encarregado
- d) apenas o encarregado
- e) apenas o controlador

84. Das letras abaixo marque aquela que não é uma característica do Python:

- a) Case Sensitive
- b) Declaração estática de variáveis.
- c) Multiplataforma
- d) Multiparadigma.
- e) Alto Nível.

85. No R, qual a função do comando data(x) :

- a) lista os objetos criados no console
- b) lista arquivos de determinado diretório.
- c) carrega um pacote de dados.
- d) carrega dados específicos
- e) cria um data frame com os argumentos, nomeados ou não.

86. São formas de disseminação do conhecimento

- a) socialização e individualização.
- b) internalização e composição coletiva
- c) internalização e externalização.
- d) comunicação e imposição
- e) externalização e composição coletiva

87. A classe de comandos SQL que tem por função a manipulação de dados é a:

- a) DDC.
- b) DDL
- c) TCL
- d) DCL
- e) DML.

88. Qual o nome do processo que extrai e copia dados para o DW

- a) ERP.
- b) BI.
- c) CRM.
- d) Data Mart
- e) ETL

89. Julgue o item a seguir, sobre data warehouse e data mining.

- a) Na mineração de dados, durante a preparação de dados, realizamos o entendimento dos dados.
- b) Na mineração de dados, durante a preparação de dados, realizamos o entendimento do negócio.
- c) Na mineração de dados, durante a preparação de dados, pode-se realizar a redução de dados.
- d) Na mineração de dados, durante a validação, apenas os analistas responsáveis estarão presentes.
- e) Na mineração de dados, não há a integração de bases de dados distintas.

90. Das letras abaixo, marque a que não representa uma característica básica de um Banco de Dados Relacional

- a) Natureza de autodescrição
- b) Isolamento entre programas e dados, e abstração de dados
- c) Suporte a Múltiplas Visões de Dados
- d) Compartilhamento de Dados e Processamento de Transação
- e) Redundância dos dados

91. Com relação a PNL analise:

- a) A PNL tem perdido a sua importância, visto que soluções de big data têm sido cada vez mais usadas no mundo corporativo.
- b) A PNL não pode ser considerada um ramo da IA, pois trabalha com dados estruturados e de fácil interpretação.
- c) A comunicação homem máquina tem perdido a importância no mundo moderno, visto que a tendência é que as máquinas façam cada vez mais o trabalho sozinhas.
- d) A PNL utiliza diversas técnicas como: métodos estatísticos, machine learning, abordagens algorítmicas e baseadas em regras.
- e) A PNL representa a parte da IA que realiza o mapeamento de linguagem de máquina para linguagens de programação de alto nível.

92. Analise as alternativas a seguir e marque a correta

- a) O Volume do Big Data diz respeito a grande quantidade de dados gerada por segundo.
- b) A Velocidade do Big Data diz respeito a necessidade de baixa velocidade de processamento para que haja a compatibilidade com os demais sistemas de comunicação.
- c) A Veracidade do Big Data diz respeito a capacidade de novas assertivas que a tecnologia pode criar
- d) A Variedade do Big Data diz respeito ao fato dele lidar apenas com dados estruturados
- e) O Valor do Big Data refere-se ao fato de que ele lida com dados de menor importância para o negócio da empresa.

93. Dos gráficos abaixo, marque aquele que é mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- a) Pizza.
- b) Barra
- c) Coluna.
- d) De Dispersão.
- e) De Linha.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fernando Pedrosa

Acerca de **Python**, julgue os itens subsequentes.

94. Acerca da linguagem de programação Python, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Python suporta os paradigmas orientado a objetos e estruturado para programação.
- b) Python é uma linguagem que diferencia maiúsculas e minúsculas na definição de variáveis.
- c) O código Python, em sua implementação padrão, é compilado para linguagem de máquina antes de ser executado, o que permite um melhor desempenho do código.
- d) As palavras-chave que representam valores booleanos em python são True e False, com iniciais maiúsculas.
- e) Ao se definir uma função dentro de uma classe, o primeiro parâmetro sempre é uma referência à instância atual da classe e é usado para acessar variáveis que pertencem à classe. Não existe a obrigação deste parâmetro ser nomeado "self" necessariamente.

95. Qual dos caracteres a seguir é usado para fazer comentários de uma única linha em Python?

- a) //
- b) #
- c) !
- d) /*
- e) \$

96. Qual é o resultado da seguinte expressão em Python? $4 + 3 \% 5$

- a) 7
- b) 2
- c) 4
- d) 1
- e) 0

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

97. Sobre o evento de Sprint, no Scrum 2020, assinale a alternativa correta.

- a) É possível realizar mudanças durante a Sprint, mesmo que coloque a sua meta em risco, desde que negociadas com o Product Owner.
- b) É possível reduzir a qualidade do produto, com o objetivo de atender ao prazo da Sprint.
- c) O backlog do produto é fixo, pois seu refinamento só pode ocorrer durante o Planejamento da Sprint.
- d) É possível haver lacunas entre Sprints, ou seja, um tempo de ajuste que ocorre entre uma sprint e outra subsequente.
- e) Todo o trabalho necessário para atingir a meta do Produto, incluindo Sprint Planning, Daily Scrums, Sprint Review e Sprint Retrospective, acontece dentro de Sprints.

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

98. Entre as descrições a seguir, qual delas NÃO configura uma descrição de princípio de gerenciamento de projeto de acordo com o PMBOK 7?

- a) Seja um administrador diligente, respeitoso e atencioso
- b) Crie um ambiente colaborativo para a equipe do projeto
- c) Envolver-se de fato com as partes interessadas
- d) Enfoque no planejamento
- e) Otimize as respostas ao risco

99. Sobre a linha de base de escopo no PMBOK 7, podemos afirmar que ela é composta por: I - Declaração de Escopo; II - Estrutura Analítica do Projeto (EAP); III - Dicionário da EAP. Estão corretos os itens:

- a) I e II, apenas
- b) I, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e III, apenas
- e) I, II e III estão corretos

100. Sobre princípios de gerenciamento de projetos do PMBOK 7, assinale a alternativa correta.

- a) O objetivo do princípio de Administração (Stewardship) é de criar um ambiente colaborativo para a equipe do projeto.
- b) O objetivo do princípio de Valor é entregar o projeto dentro do cronograma e orçamento acordados com o cliente.
- c) O princípio de Qualidade envolve tanto a qualidade de processos como de produtos (entregas), podendo ocorrer a prevenção ou detecção de defeitos.
- d) O princípio de Liderança aborda os comportamentos e atitudes que o gerente de projeto deve ter para liderar a sua equipe.
- e) De acordo com o princípio de Mudança, o gerente de projeto deve controlar e evitar mudanças que possam impactar os resultados do projeto.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Mauricio*

101. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.

II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

III-) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

102. Em relação às previsões do Código Tributário Nacional sobre os Empréstimos Compulsórios, julgue os itens a seguir:

I -) Somente podem ser instituídos pela União.

II-) Possui como Fato Gerador a guerra externa ou sua iminência, assim como a calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.

III-) Resolução do Senado Federal fixará obrigatoriamente o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

103. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Atualização do valor monetário da Base de Cálculo do Tributo, até o limite do Índice Oficial de Correção Monetária.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

104. Assinale dentre as alternativas abaixo àquela que não corresponde a uma característica previstas às Contribuições Residuais:

- a) Instituída por Lei Complementar.
- b) Pode ser cumulativa.
- c) Não pode ter Base de Cálculo idêntica a das Contribuições já previstas na Constituição Federal.
- d) Não pode ter Fato Gerador idêntico a das Contribuições já previstas na Constituição Federal.
- e) Só podem ser instituídas pela União.

105. Em relação à Imunidade Tributária, julgue os itens a seguir:

I-) A imunidade recíproca reconhecida constitucionalmente às entidades políticas não pode ser reconhecida às empresas públicas e às sociedades de economia mista, sejam quais forem as finalidades a que se dedicarem tais entidades.

II-) A Imunidade Recíproca não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.

III-) É vedado instituir e cobrar taxa de coleta de lixo de um terreno baldio de propriedade de instituição religiosa.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

106. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo a estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

107. Segundo o CTN, não é caso de interpretação literal os casos de legislação tributária que disponha sobre:

- a) moratória.
- b) anistia.
- c) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- d) parcelamento.
- e) remissão.

108. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, ainda que a capacidade mental do sujeito passiva esteja totalmente comprometida.

II-) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

109. Sobre a suspensão, exclusão e extinção do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

II-) O pagamento de um crédito, quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.

III-) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

110. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

II-) É devida a restituição da diferença das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins pagas a mais, no regime de substituição tributária, se a base de cálculo efetiva das operações for inferior à presumida.

III-) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) III, apenas.

e) II e III, apenas.

111. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

a) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, por motivo de dolo ou simulação, não serão cobrados juros de mora, mas será aplicada penalidade pecuniária.

b) A moratória somente pode ser concedida, tanto nos casos de caráter individual como em caráter geral, por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.

c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao sujeito passivo.

d) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

e) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

112. A Igreja Batista de Porto Alegre/RS alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

113. A empresa ABCXY Ltda., era devedora de ISS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2024, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2024. Ocorre que somente no dia 12/06/2022 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ISS no valor de R\$450.000,00, e efetuou o pagamento de R\$320.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para a Fazenda Pública cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.

d) Há um prazo prescricional para a Fazenda Pública cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.

e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

114. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

115. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

116. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

117. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão dada pela Reforma Tributária, exceto: .

- a) incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

118. Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, **exceto**:

- a) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- b) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- c) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos

créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.

- d) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

119. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, com redação dada pela EC 132/2023, analise os itens a seguir:

- I-) Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.
- II-) Arrecadar o IBS, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III-) decidir o contencioso administrativo relativo ao IBS.

São competências administrativas do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

120. Tanto o IBS como a CBS possuem diversas características comuns previstas na Constituição Federal. Entre as alternativas abaixo, a única que não representa um ponto comum dos dois tributos é:

- a) Instituição por Lei Complementar.
- b) Não integram as próprias bases de cálculo.
- c) Possuem o mesmo Fato Gerador.
- d) Possuem a mesma regra de imunidade, que é aquela aplica às contribuições.
- e) Possuem as mesmas regras de não cumulatividade.

CONTABILIDADE*Marcondes Fortaleza*

121. Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.

Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.

Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.

Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.

Ativo Circulante: R\$12.000 / Ativo não Circulante: 0.

122. Uma empresa do ramo comercial apresentou, no mês de dezembro/2021, os seguintes fatos econômicos:

I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R\$ 40.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e ICMS de 15%.

II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R\$ 4.000,00.

III. Como parte da venda foi efetuada a longo prazo, houve contabilização de ajuste a valor presente do crédito a receber, no valor de R\$ 3.500,00, indedutível para fins tributários.

IV. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.

V. A referida empresa é optante pelo regime de tributação do IRPJ com base no lucro presumido e adota o regime de competência para fins de incidência da Contribuição para o PIS e para COFINS.

Informações adicionais:

▪ As alíquotas cumulativas da Contribuição para o PIS e para COFINS, de acordo com o Art. 124 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 são, respectivamente, de 0,65% e de 3%; e,

▪ O valor do ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

a) R\$ 15.025,85

b) R\$ 15.778,18

c) R\$ 25.983,10

d) R\$ 19.164,02

e) R\$ 16.889,02

123. A empresa CM possui três tipos de produtos diferentes em seu estoque, sendo que o custo de aquisição total é de R\$ 34.000, conforme evidenciado a seguir.

Produtos	Custo unitário	Quantidade	Custo total
A	20	500	10.000
B	50	360	18.000
C	30	200	6.000
Total		1.060	34.000

Segue, abaixo, valores unitários de venda e despesas de venda de cada um dos produtos:

Produtos	Valor de venda un	Despesas de venda total
A	25	1.250
B	55	5.800
C	35	1.500

Assinale o valor da Despesa com Estimativa de Perdas em Estoques:

a) R\$ 0,00.

b) R\$ 500,00.

c) R\$ 3.250,00.

d) R\$ 4.500,00.

e) R\$ 4.000,00.

124. Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Passivo não circulante.
- b) Ativo realizável a longo prazo.
- c) Passivo circulante.
- d) Resultado de exercícios futuros.
- e) Reserva de contingências.

125. Dados extraídos das demonstrações contábeis de uma companhia, em 31.12.2018 (em R\$):

• Vendas Líquidas	960.000,00
• Lucro Líquido do Exercício	130.000,00
• Patrimônio Líquido	390.000,00
• Total do Ativo	950.000,00
• Ativo Não Circulante	310.800,00
• Passivo Não Circulante	220.000,00
• Estoques	129.200,00

Apenas com as informações fornecidas, e utilizando percentagens, é correto afirmar que

- a) a margem líquida sobre vendas foi superior a 30%.
- b) o índice de liquidez corrente foi igual a 188%.
- c) o total do Passivo representa exatamente 60% do total do Ativo.
- d) o índice de rentabilidade sobre o capital próprio foi maior que 35%.
- e) o índice de liquidez seca foi menor que 150%.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

126. Segundo a NBC TSP 34/2021, o sistema de custos possui diversos objetivos, EXCETO:

- a) mensurar e evidenciar os custos dos bens e serviços entregues à sociedade, bem como dos demais objetos de custos.
- b) subsidiar ações de planejamento, monitoramento de custos e melhoria da qualidade do gasto.
- c) produzir informações que atendam aos diversos níveis gerenciais da entidade.
- d) apoiar o monitoramento do planejamento operacional.
- e) direcionar políticas de contingenciamento do gasto público com o objetivo de minimizar seus impactos nas ações governamentais

127. No âmbito da classificação por natureza da receita, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), classifica-se dentro da origem "Outras Receitas de Capital", as seguintes rubricas, exceto:

- a) Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público.
- b) Integralização do Capital Social.
- c) Resultado do Banco Central
- d) Remuneração das Disponibilidades do Tesouro
- e) Resgate de Títulos do Tesouro

128. Nos termos da Lei n. 4.320/64, o registro da despesa orçamentária ocorre no momento da(o):

- a) Fato Gerador
- b) fixação
- c) empenho
- d) liquidação
- e) pagamento

129. O Município Audazes dos Pampas possuía um terreno avaliado em R\$ 1.000.000 ao final do exercício de 20X4. Em virtude de um processo de reavaliação, durante o exercício de 20X5, o valor contábil desse terreno diminuiu. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), essa diminuição, impacta a seguinte demonstração contábil:

- a) demonstração das variações patrimoniais.
- b) quadro principal do Balanço Patrimonial.
- c) quadro das contas de compensação do balanço patrimonial.
- d) balanço financeiro
- e) balanço orçamentário

130. Considerando a correta classificação das contas no quadro principal do balanço patrimonial, conforme estrutura presente no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a opção que indica uma conta a ser classificada no passivo não exigível:

- a) Adiantamentos a Fornecedores
- b) Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital
- c) Fornecedores
- d) Transferências Fiscais
- e) Créditos a Curto Prazo

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

131. Em 01/01/2010, uma entidade adquiriu uma máquina por R\$50.000 para usar em seus negócios. A vida útil da máquina foi estimada em 10 anos e não foi considerado valor residual. Além disso, a máquina era depreciada pelo método da linha reta. Em 31/12/2023, ao realizar a auditoria das demonstrações contábeis, o auditor independente constatou que a entidade continuava executando os lançamentos contábeis relacionados à depreciação destas máquinas. Assinale a opção que indica uma conclusão correta do auditor em relação às Demonstrações Contábeis de 2023.

- a) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$5.000.
- b) O ativo estava subavaliado em R\$15.000 e o resultado do exercício, em R\$5.000.
- c) O ativo estava subavaliado em R\$20.000 e o resultado do exercício, em R\$5.000.
- d) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$15.000.
- e) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$20.000.

132. De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar as seguintes características das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa:

- a) relevância e confiabilidade.
- b) verificabilidade e relevância.
- c) tempestividade e verificabilidade.
- d) compreensibilidade e oportunidade.
- e) tempestividade e compreensibilidade.

133. Na busca por evidências nos trabalhos de auditoria, há que se ter em conta alguns atributos. A confiabilidade é um deles, que assegura que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida. Ao avaliar uma evidência de auditoria sob o crivo da confiabilidade, é necessário considerar que:

- a) a adoção de abordagens uniformes na busca de evidências é recomendada;
- b) evidências analíticas, em geral, têm o mesmo nível de confiabilidade daquelas obtidas indiretamente;
- c) evidências de fontes externas, em geral, são mais confiáveis que internas;
- d) evidências documentais são tão confiáveis quanto orais, quando são reduzidas a termo;
- e) o uso de diferentes fontes de informação pode ser inconveniente e custoso.

134. Avalie se os riscos não resultantes da amostragem, incluem:

- I. uso de procedimentos de auditoria não apropriados.
- II. interpretação errônea da evidência de auditoria.
- III. não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Está correto o que se indica em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

135. De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, quando o trabalho de auditoria é de interesse público e, portanto, exigido pelo Código de Ética Profissional do Contabilista e pelas normas profissionais do CFC, exige-se que o auditor seja independente da entidade sujeita a auditoria. A independência do auditor frente à entidade caracteriza-se principalmente por

- a) tornar os resultados do trabalho do auditor mais ágeis e objetivos.
- b) possibilitar que o auditor detecte ocorrências de fraude e de erro com mais precisão.
- c) aprimorar a capacidade do auditor de atuar com maior rigor, consistência e transparência.
- d) salvaguardar a capacidade do auditor de formar opinião de auditoria sem ser afetado por influências que poderiam comprometer essa opinião.
- e) proporcionar um relatório do auditor mais próximo da realidade, onde a essência econômica é levada em consideração, em detrimento à forma jurídica.

136. Considere a seguinte situação hipotética:

Em analisando um processo de confissão de dívida lançada como despesa de exercícios anteriores, surgiram dúvidas que, embora respondidas pelo gestor do contrato nos autos, poderiam ser corroboradas por respostas obtidas diretamente do fornecedor. O auditor, então, faz solicitação à autoridade competente que, entretanto, nega o envio do ofício ao fornecedor com pedido de confirmações de auditoria.

Nessa ordem de coisas o auditor

- a) formulará imediata representação ao Procurador-Geral de Justiça.
- b) deve consignar o ocorrido em sua documentação, encaminhando parecer desfavorável por cerceamento de acesso à auditoria.
- c) não deve perguntar qual a razão da recusa, devendo executar procedimentos alternativos.
- d) deve reconhecer o erro, pois a informação em que deve se basear para a emissão do parecer de auditoria é aquela existente na corporação.
- e) deve perguntar qual a razão da recusa, investigando a validade e razoabilidade da resposta, mas pode deixar de adotar qualquer outra medida, se acreditar que não haverá risco de distorção relevante, ou executar procedimentos alternativos.

137. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a opção que apresenta os riscos do trabalho que não dependem diretamente do auditor independente.

- a) Inerente e de controle.
- b) Inerente e de detecção.
- c) de avaliação e de controle.
- d) de detecção e de mensuração.
- e) de mensuração e de avaliação.

138. Procedimento de auditoria é um conjunto de exames definidos com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria. Sobre os procedimentos de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

I. A escolha dos procedimentos a serem utilizados para o alcance dos objetivos de auditoria é feita durante a fase de execução da auditoria;

II. A inspeção consiste na verificação de registros, de documentos ou de ativos, que proporcionará ao auditor a formação de opinião quanto à existência física do objeto ou do item examinado;

III. A análise documental requer do auditor capacidade de julgamento, de constatação visual e habilidade para perceber eventuais comportamentos e procedimentos destoantes do padrão de execução.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III somente.
- b) I, II e III.
- c) I somente.
- d) II e III somente.
- e) II somente.

139. Ao elaborar o relatório de auditoria, a equipe de auditores comunicou que não foi possível responder a uma questão de auditoria porque, embora tenham empregado diversas técnicas investigativas, as fontes de informação disponíveis não eram suficientes. Nessa circunstância, o relato dos auditores constitui:

- a) Risco de auditoria.
- b) Limitação de auditoria.
- c) Opinião adversa.
- d) Abstenção de opinião.
- e) Situação encontrada.

140. Acerca do risco de auditoria, considere as afirmações a seguir:

I. Refere-se aos riscos de negócio do auditor, tais como perda decorrente de litígio, publicidade adversa ou outros eventos surgidos em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis;

II. Inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso;

III. A avaliação dos riscos baseia-se em procedimentos de auditoria para a obtenção de informações necessárias para essa finalidade e evidências obtidas ao longo de toda a auditoria.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II somente.
- b) II e III somente.
- c) II somente.
- d) III somente.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

141. O Tribunal Administrativo de Recursos Tributários é o órgão de julgamento em segunda instância dos processos administrativos tributários em Porto Alegre.

Quantos Conselheiros integram sua composição?

- a) 8
- b) 10
- c) 12
- d) 14
- e) 11

142. Caso um contribuinte queira se beneficiar da isenção do ITBI prevista no inc. VI, combinado com o § 5º, ambos do art. 8º da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 em casos de aquisição de imóveis por meio de operações de arrendamento mercantil deverá apresentar qual documento na Secretaria Municipal de Fazenda?

- a) Cópia das certidões negativas do arrendatário.
- b) Declaração do banco de que a operação sofreu incidência do ISS devido para Porto Alegre.
- c) Certidão atestando a quitação do IPTU do imóvel.
- d) Autorização do Secretário Municipal de Fazenda
- e) Certidões negativas da instituição financeira arrendadora.

143. Todas as pessoas que nos termos da legislação municipal são obrigadas a gerar Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFSE (Nota Legal) deverão cadastrar “login” e senha para o cumprimento dessas obrigações, uso e o acesso às funcionalidades de consulta e serviços disponíveis no ambiente eletrônico da Nota Legal, na rede mundial de computadores.

Esse cadastramento deverá ser realizado através do endereço eletrônico <http://notalegal.portoalegre.rs.gov.br>, da rede mundial de computadores, mediante uso da certificação digital (e-CNPJ) da empresa, no padrão da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.

Assinale qual contribuinte está dispensado de utilizar certificação digital para emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

- a) O prestador de serviços optante pelo Regime do Simples Nacional
- b) O Contador devidamente identificado e com procuração atualizada
- c) O contribuinte classificado como A + de acordo com sistema de pontuação previsto em lei.
- d) O MEI
- e) Instituições financeiras

144. Foi instituído, em Porto Alegre, o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte - PROESPORTE -, com o objetivo de estimular, desenvolver e fomentar, por meio de ações articuladas e integradas de entidades ou organizações esportivas e sociais, pessoas físicas ou jurídicas e órgãos públicos municipais, a busca de iniciativas que garantam meios de autogestão e autofinanciamento do segmento esportivo - federações, associações, organizações, sindicatos, clubes e atletas.

A respeito desse programa de incentivo, assinale a alternativa correta.

- a) Após a conclusão do projeto, o beneficiado deve prestar contas no prazo de 3 meses.
- b) Somente poderá integrar o PROESPORTE os contribuintes classificados como A ou A+ no que tange ao cumprimento de obrigações tributárias.
- c) Fica vedada a utilização do incentivo fiscal para atender a financiamento de projetos cujo responsável seja sócio da empresa apoiadora
- d) A Secretaria de Fazenda fica responsável pelo suporte operacional para funcionamento do PROESPORTE
- e) Os apoiadores e os beneficiados cadastrados conveniarão, após entendimento mútuo e de livre escolha entre eles, com a anuência da SME, a forma e o valor dos recursos aplicados, mediante termo assinado e registrado pelo Secretário de Fazenda.

145. Lei complementar nº 996, de 21 de dezembro de 2023 - institui o programa de concessão de crédito aos contribuintes do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

Como vai ocorrer a distribuição desse crédito entre os beneficiados?

- a) De forma proporcional à classificação, vedada a apropriação por contribuintes classificados como D
- b) De forma proporcional ao número de notas fiscais emitidas cujo adimplemento esteja comprovado.
- c) Considerando todos os recolhimentos do sujeito passivo, inclusive na qualidade de responsável tributário.
- d) De forma proporcional à participação individual no montante total arrecadado.
- e) Considerando a participação do sujeito passivo em programas de sustentabilidade ambiental e de auxílio à população vulnerável.

146. A dação em pagamento constitui uma das modalidades de extinção do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, e é regulada em Porto Alegre pela Lei nº 13051/2022.

De acordo com o referido normativo, o acordo formulado entre o Município e a parte interessada em efetuar uma transação com dação em pagamento deve conter todos os seguintes requisitos, salvo:

- a) Registro em cartório
- b) Qualificação das partes
- c) Relatório, que conterá o resumo do conflito ou litígio
- d) Fundamentos de fato e de direito
- e) Renúncia expressa do sujeito passivo aos direitos ou interesses anteriores relativos ao objeto da transação, incluindo o direito de promover qualquer medida contenciosa, judicial ou administrativa

147. A Lei complementar nº 732, de 21 de janeiro de 2014 obriga as empresas com estabelecimento no município de Porto Alegre e que aceitem transações com cartão de crédito ou de débito como meio de pagamento, as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta-corrente, bem como os estabelecimentos similares, a prestarem à Secretaria Municipal da Fazenda uma série de informações.

Assinale qual das seguintes alternativas representa uma informação que deve ser compartilhada com a Secretaria Municipal de Fazenda:

- a) Identificação do adquirente
- b) Identificação do estabelecimento contratado
- c) Serviço que originou a cobrança
- d) Total de parcelas contratadas, se for o caso
- e) Taxas de desconto aplicadas

148. De acordo com o Decreto nº 21.479/2022 que regula o Programa Municipal de Estímulo à Conformidade Tributária – Em Dia com Porto Alegre, assinale o requisito obrigatório para classificação final na categoria “C”

- a) Cumprimento das obrigações tributárias principais
- b) Emissão regular de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE)
- c) Recolhimento mensal do ISSQN acima de 10.000 UFMs
- d) Participação em programas de inovação tecnológica
- e) Não possuir dívida ativa não negociada

149. Nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 928, de 27 de dezembro de 2021, o contribuinte poderá consultar a classificação que lhe foi atribuída pela Administração Tributária por meio do Sistema de Classificação de Contribuintes do ISS.

A divulgação da classificação fica condicionada ao aceite do contribuinte em relação à classificação atribuída, por meio de opção disponível no Sistema de Classificação de Contribuintes do ISS.

De acordo com o Decreto nº 21.479, assinale qual das seguintes alternativas não corresponde a uma consequência do aceite:

- a) Concordância com a classificação atribuída
- b) Autorização para divulgação da classificação por meio de consulta pública no portal eletrônico da SMF na internet
- c) Confissão irretroatável e irrevogável das dívidas reconhecidas para adesão ao Programa de concessão de crédito aos contribuintes do ISSQN
- d) Renúncia à possibilidade da apresentação de discordância
- e) Autorização para divulgação do crédito recebido pelo Programa de concessão de crédito aos contribuintes do ISSQN classificados como A+ e A

150. De acordo com o Decreto nº 21.479/2022 que regula o Programa Municipal de Estímulo à Conformidade Tributária – Em Dia com Porto Alegre, assinale um benefício exclusivamente concedido aos contribuintes classificados como A+

- a) Desconto no IPTU
- b) Isenção de taxas
- c) Dispensa de lançamentos retroativos do ISS em casos de alteração de entendimento jurisprudencial nos Tribunais Superiores
- d) Acesso ao Secretário de Fazenda para despachar os recursos cabíveis.
- e) Autorização para efetuar alterações cadastrais de ofício, dispensada a apresentação de um processo administrativo com essa finalidade.

151. Assinale a alternativa correta a respeito da mediação tributária em Porto Alegre

- a) A mediação tributária destina-se a prevenir e resolver conflitos em matéria tributária administrativa, vedada sua utilização após a citação válida em uma ação judicial.
- b) O acordo realizado por meio da mediação tributária é ato personalíssimo, somente podendo ser firmado pelo sujeito passivo envolvido no litígio.
- c) definição de quais conflitos em matéria tributária poderão ser objeto de mediação deverá respeitar o juízo de conveniência e de oportunidade da Administração Pública
- d) A mediação tributária somente pode ser realizada por indivíduo com vínculo funcional com a Administração Pública.
- e) O lançamento tributário é requisito para a realização da mediação tributária.

152. De acordo com a Lei Complementar nº 534/2005, assinale a alternativa correta sobre as Câmaras do TART.

- a) Há uma câmara específica destinada a uniformizar a jurisprudência do TART.
- b) Em cada câmara há 4 representantes do Erário Municipal e 4 representantes dos contribuintes
- c) Cada câmara elegerá um Coordenador e um Coordenador Substituto, escolhidos entre os Conselheiros representantes do Erário Municipal
- d) O Presidente de cada câmara será escolhido pelo presidente do TART entre os Conselheiros representantes do Erário Municipal.
- e) O Conselheiro mais antigo deve substituir o Presidente da câmara em suas ausências justificadas.

153. Pedro e Luísa decidiram se separar após anos de convivência. Durante o relacionamento, possuíam dois imóveis adquiridos em conjunto: uma casa no valor de R\$ 600.000,00 e um apartamento avaliado em R\$ 400.000,00.

Na divisão dos bens, Pedro ficou com a casa enquanto Luísa ficou com o apartamento.

De acordo com a Lei Complementar nº 197 de 1989 que institui e regula o ITBI em Porto Alegre, como vai se dar a tributação dessa operação?

- a) Não há incidência de tributo.
- b) Incidirá o ITCMD sobre a transmissão da casa e do apartamento
- c) Incidirá o ITBI sobre a transmissão da casa e do apartamento
- d) Incidirá o ITBI sobre o valor referente à casa transmitida
- e) Incidirá o ITBI sobre 100 mil reais referente ao excesso de meação.

154. O ITBI será acrescido de qual multa quando constatada omissão de informações visando reduzir o imposto?

- a) 1.500 UFPOA
- b) 100 UFPOA
- c) 50 % do imposto
- d) 100 % do imposto
- e) 1.500 reais

155. Nos termos da Lei Complementar nº 07/1973, assinale a alternativa que não corresponde a um devedor solidário da Taxa de Aprovação e Licença de Parcelamento do Solo, Edificações e Obras:

- a) Proprietário do imóvel
- b) Titular do domínio útil do imóvel
- c) Possuidor do imóvel
- d) Incorporador imobiliário
- e) Executor da edificação do imóvel

156. Ao contribuinte é facultado encaminhar Consulta à Secretaria Municipal da Fazenda sobre a interpretação da legislação tributária, desde que promovida antes da ação fiscal;

Acerca desse instituto, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de consulta formulada oralmente, sua resposta também poderá obedecer à mesma forma.
- b) A consulta deve ser oferecida após a realização de um lançamento tributário, no prazo para sua impugnação.
- c) O oferecimento da consulta nunca tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- d) O oferecimento de consulta somente poderá suspender a exigibilidade do crédito tributário quando acompanhado do depósito do valor do crédito tributário objeto da consulta formulada.
- e) Respondida a consulta, sempre que houver incidência, o contribuinte deverá satisfazer a obrigação fiscal no prazo de 30 (trinta) dias

157. Em se tratando de profissional autônomo inscrito na Secretaria Municipal de Fazenda, considera-se ocorrido o fato gerador:

- a) em 1º de janeiro de cada exercício, quando já inscrito o contribuinte na Secretaria Municipal da Fazenda;
- b) no 1º dia de cada mês, quando já inscrito o contribuinte na Secretaria Municipal da Fazenda;
- c) em 31 de dezembro de cada exercício, quando já inscrito o contribuinte na Secretaria Municipal da Fazenda;
- d) no dia de início da atividade, na hipótese de a inscrição ocorrer ao longo do exercício
- e) no momento do recebimento do preço, quando o prestador estiver situado fora do Município de Porto Alegre.

158. Para que os serviços prestados pelos planos de saúde em Porto Alegre não sejam tributáveis pelo

ISS é necessário que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) destinação de vagas para o SUS, e sejam prestados sem pagamento em contrapartida
- b) suas atividades sejam exercidas por entidades comprovadamente filantrópicas e a sede das instituições deve estar no Município de Porto Alegre
- c) os recursos auferidos devem ser destinados a programas de assistência básica em percentual definido por regulamento e as entidades devem manter escrituração fiscal, apresentando-a quando necessário
- d) devem ser exercidos por entidades organização sob a forma de sociedade simples, vedado o exercício de atividade empresarial, sem distribuição de lucros e com manutenção de escrituração fiscal e contábil nos termos exigidos por regulamento
- e) devem ser exercidos por entidades de autogestão, sob a forma corporativa, sem qualquer finalidade lucrativa e mantida com recursos de seus sócios

159. Acerca da base de cálculo do ISS em Porto Alegre, assinale a alternativa correta:

- a) Em nenhuma hipótese aceita-se o pagamento do ISS mediante a prestação de serviços ao Município
- b) Exclui-se do preço dos serviços para aferição da base de cálculo nos casos de demolições, o valor dos materiais provenientes do desmonte
- c) A base de cálculo na prestação dos serviços de construção civil será o total dos honorários, quando contratado sob regime de empreitada global
- d) Na prestação dos serviços de construção civil a base de cálculo será o montante da receita bruta incluído o valor dos materiais fornecidos pelo prestador.
- e) Nas incorporações imobiliárias, a base de cálculo é o preço das cotas de construção das unidades cuja propriedade for efetivamente transmitida nos termos da lei civil, antes do "habite-se", deduzido proporcionalmente do valor dos materiais e das subempreitadas, conforme dispuser o regulamento

160. Está sujeito à alíquota para cálculo do IPTU em sua feição predial o seguinte imóvel:

- a) Terrenos com obra paralisada
 - b) Edificações incendiadas
 - c) Sobra de área de prédio ajardinada, desde que o imóvel esteja situado na 1ª Divisão Fiscal
 - d) Edificação que não constitua economia
 - e) Sobra de área de prédio que individualmente possa receber construção
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
